

Ação política e resistência: a internet enquanto campo de disputas¹

Marina Monteiro²

Programa de Pós Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina.(PPGAS/UFSC)

Resumo

No presente artigo procuro problematizar a internet enquanto campo de ação política a partir de uma análise de características e atividades do Anonymous, grupo ativista com origem e área de ação na internet. Após efetuar uma breve constextualização das forças que atravessam a internet, defendo a idéia de que essa se constitui tanto quanto espaço quanto dispositivo a ser acionado em ações políticas de natureza impositivas ou resistentes e que isso se constitui em um dos modos como a internet se consolida hoje enquanto um campo de disputas políticas.

Palavras-chave

Internet; relações de poder; resistência.

Abstract

In this paper I will discuss the Internet as a field of political action from an analysis of characteristics and activities of Anonymous, an activist group whose origin and area of action is the Internet. After a brief constextualização of the forces crossing the internet, I will argue the idea that the internet constitutes itself as much space as the device to be triggered into policies actions overpowering or nature and that this constitutes one of the ways the Internet had been consolidated as a field of political disputes.

Key words

Internet, power relations, resistance.

Apresentação

Anonymous é legião.

Anonymous não perdoa.

Anonymous não esquece.

A Internet é coisa séria. (lema dos Anonymous)

No início desse século vimos crescer ainda mais a proliferação do acesso à internet iniciada na década de 90. Com a internet, qualidades como velocidade e multiplicidade de

¹Artigo científico apresentado ao eixo temático “Articulações Políticas Governamentais e Não-governamentais no Ciberespaço”, do V Simpósio Nacional da ABCiber, a ser realizado em Florianópolis, 2011.

² Mestranda em Antropologia Social Programa de Pós Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina.(PPGAS/UFSC)

estímulos, em voga desde o advento do capitalismo industrial, atingem crescimento de proporções geométricas, dando vazão para uma série de dispositivos que tendem a aceleração. Crédito, publicidade, informação, desinformação e tecnologia re-surgem constantemente no limiar de uma novidade que já nasce atrasada. Não há tempo para pausas quando a velocidade é o limite.

Esse espaço³ passa a ser explorado por infinitos agenciamentos, e, após um primeiro momento de descobertas intensivas onde se procurava entender os limites de sua relação com a realidade, esse espaço traz a tona uma realidade virtual que é bastante real e como tal, se constitui em uma arena na qual há constante debates de forças. Forças políticas bem delimitadas ou não, forças de crédito e propaganda, força da disseminação da informação, a força da lei que cada vez mais se insere, força das pessoas que, pela primeira vez na História, têm um pouco de agência sobre a informação que lhes chega; muitas linhas de força que se cruzam, distoam e se completam. Um platô, uma região intensiva.

Atualmente, um dos debates mais polêmicos envolvendo a internet gira em torno da criação de novas legislações a serem aplicadas no espaço virtual - bem como as muitas controvérsias em debates subsequentes que envolvem temas como privacidade de navegação, acesso à informação e crimes virtuais. Mais do que pontos aleatórios de um quebra-cabeças, o que parece estar sendo colocado em jogo é a própria noção dos limites entre legalidade e ilegalidade e as formas de agir sobre essas margens, tanto do ponto de vista de um controle quanto de uma resistência⁴.

Tendo em vista esse contexto, gostaria de trazer à problematização da internet enquanto espaço e dispositivo de ação política. Para tal, terei como enfoque algumas características e atividades do *Anonymous*⁵, grupo de ativistas interessados em pensar e atuar frente à problemas políticos que envolvem e ocorrem *na* internet.

As exposições realizadas aqui são resultado do acompanhamento de fóruns de debates virtuais nos último seis meses e têm como objetivo pensar uma das facetas na qual as relações de poder na internet vêm se consolidando⁶.

3 Lido aqui com o termo espaço para provocar um dimensionamento da internet como uma das esferas da realidade. No entanto, mais a frente procuro discorrer também sobre a internet enquanto dispositivo. Espaço e dispositivo são usados aqui de maneira complementar para dar conta de abarcar a presente discussão a partir de duas características da internet enquanto multiplicidade.

4 Por exemplo, as discussões sobre *copyleft* e sobre o A15 digital, ambas de maneiras diferentes procurando estender ou estreitar os limites da legalidade que são polemizados com maior ênfase com a emergência da internet. Para maiores discussões, ver Lima (2009).

5 A tradução aproximada, “anônimos” não abrange a peculiaridade que a palavra assume na gramática inglesa de substantivo não passível à quantificação.

6 Em especial os chams brasileiros, cujos termos e gírias foram aqui particularmente contemplados. No mais, como compete ao antropólogo a proteção do grupo estudado e a contemplação dos termos nativos, me

Anonymous é legião

“E todos que não conseguirem um meio de conexão com aquilo serão excluídos.” (CAIAFA, 1985)

O grupo conhecido por Anonymous surgiu no início desse século vinculado à criação dos *imageboards*, fóruns de discussão online que apresentam como principal característica a presença obrigatória de imagens quando na publicação de algum tópico de discussão⁷.

Os *imageboards* contam geralmente com diversos fóruns temáticos nos quais imperam algumas poucas regras. Esses fóruns são abertos a qualquer participante e não efetuam cadastro para acesso. Os atos políticos propriamente ditos são geralmente organizados em rápidos fóruns e através do uso de canais IRC⁸. No mais, é acima de tudo um local para conversas variadas, onde pessoas mais ou menos afins conseguem estabelecer diálogos jocosos, explanações sobre coisas específicas (como política, jogos e homossexualismo, por exemplo) e uma sociabilidade momentânea.

Uma característica que se tornou um referencial desses *imageboards* é a valorização do anonimato em uma época em que se observa o apogeu de sites de relacionamentos nos quais imperam a catalogação e identificação de cada minúcia da vida da pessoa⁹. Na maioria dos *imageboards* o anonimato não é apenas uma opção, mas uma condição mesma para a existência de qualquer diálogo. Qualquer vínculo com identidade não é tolerado: essa é a essência desse anonimato¹⁰.

O grupo passou a ser mais conhecido recentemente após ser responsabilizado por deixar fora do ar¹¹ sites de agências de crédito financeiro que congelaram as contas bancárias do Wikileaks¹² após a publicação de mais uma leva de documentos secretos governamentais.

reservo aqui ao direito de não divulgar o endereço dos sites em questão, uma vez que a divulgação dos sites seria alvo de repulsa quanto aos “nativos” em questão e também para mim incógnitos, mas que gostaria de contemplar minimamente. Maiores informações podem ser obtidas em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anonymous> e <http://twitter.com/#!/YourAnonNews>.

7 Aos Anonymous, vincula-se como ponto de partida o *imageboard 4chan*, seguido da criação de vários outros em outras línguas.

8 Internet Relay Chat (IRC), um protocolo de comunicação utilizado na internet como bate-papo e troca de arquivos.

9Esses sites serão chamados aqui de identitários por conta da extrema valorização da delimitação da identidade através do máximo possível de informações pessoais que formam verdadeiros dossiês de catalogação e produção de subjetividades: gostos para filmes, onde trabalha, que bebida prefere, se têm ou não animais de estimação, etc. Como principais exemplos no Brasil, temos o <http://twitter.com/http://twitter.com/> e <http://facebook.comfacebook.com>.

10 A quebra do anonimato é tida como uma ofensa grave e imperdoável, cujas consequências podem incluir ataques à contas pessoais, por exemplo.

11 Tirar um site do ar não é necessariamente o conhecido ataque hacker.

12 Organização cujos membros são na maioria colaboradores anônimos que editam e publicam documentos oficiais secretos estadunidenses. Como forma de se manter, essa organização conta com doações, entre outros meios.

Mais recente ainda (em junho desse ano), os Anonymous Brasil foram foco de atenção midiática ao serem responsabilizados pela remoção de websites do governo brasileiro associados ao *LulzSec*, grupo ativista hacker posicionado contra medidas governamentais, bancos e grandes corporações.

Após intensa repercussão midiática, os *chans*¹³ passam a ter cada vez mais novos frequentadores. Tal fato causa certo descontentamento aos membros mais antigos que frequentemente se queixam da popularização dessa forma de interação que se propõe então marginal. Esse momento é por vezes relacionados à eventos similares narrados pelos *anons*¹⁴ mais velhos que apontam como consequência dos casos referidos a criação de novos espaços virtuais ou mesmo a dissolução do site em casos mais drásticos, por exemplo; a captura dos *imageboards* por modismos da internet é frequentemente alvo de críticas e repúdio.

Os atos políticos propriamente dito são esporádicos. Acontecem aqui e ali, aleatórios e imprevisíveis: sem um fim, sem um programa. Se a primeira vista poderíamos presumir a isso atributos como desorganização e irresponsabilidade, deter o olhar um pouco mais no espaço de convivência dos *anons* nos leva em outra direção, em que se pode constatar que a fugacidade da rotina anônima é essencialmente política. Vamos nos ater a isso por enquanto.

Os diversos fóruns têm uma temática mais ou menos instituída, como um espaço de fala sobre algum tema específico.¹⁵ Regras específicas variam de acordo com os fóruns de debates (ou mesmo com diferentes chans), mas de modo geral não são regras rígidas a não ser a principal delas, de manter a salvo o anonimato. Outras variam de fórum à fórum, do momento, do dia, do humor do moderador. Ao que parece ser uma arbitrariedade, contrapõe-se a dinâmica de interação que se estabelece. Apelos à morais e moralismos e ao suposto politicamente correto são logo recharçados, é uma terra de todos e de ninguém e que, não obstante, funciona.

À primeira vista, a dinâmica dos *imageboards* é obscura, as imagens são toscas e os (não) argumentos são incrivelmente bizarros. Para quem procura encontrar um grupo ativista político conforme frequentemente entende-se que se constituem¹⁶, muitas coisas nos *chans* agredem qualquer senso moral, ético e estético. Afinal, a existência de um grupo político que não se posicione contra a pedofilia, cujos membros fazem constantes afirmações machistas e elitistas e usam de um altíssimo humor negro é impensável. Mas isso é porque eles não são

13 Sinônimo de *imageboards*.

14 Abreviatura de *anonymous*.

15 Para a maior parte dos chans, o espaço principal é o Random (b), onde se preza o não levar nada absolutamente a sério e onde se concentra a maior investida dos *anons* enquanto grupo.

16 Principalmente no compartilhamento de alguns sentidos ético-morais ao que se entende hoje parcamente como “esquerda”.

um grupo político e muito menos um grupo coeso. De fato, me parece imprudente pensar nos Anonymous como um grupo político senão enquanto um devir. Um devir no qual se prioriza a destituição de subjetividades e também por isso um sujeito ético e moral não entra: porque não entra sujeito algum nesse devir. Um anonymous não é um sujeito moral do cotidiano porque não é sujeito algum, é um devir que se garante através da dessubjetivação do anomimato.

As imagens – pornografias, sangue, gráficos de humor interno – são impactantes e por vezes agressivas, parecem o oposto de um convite, uma tentativa de repulsa intensiva e uma afirmação de abjetos enquanto abjetos na qual se delimita o lugar. O impacto de mostrar exaustivamente conteúdos caóticos acarreta em algumas dispersões e desvios sobre o que está acontecendo no local. São antes mecanismos, dispositivos de desvios de atenção que operam em torno de exaustão da imagem e aceleração. Os conteúdos são quase adornos, feitos para polemizar e divertir: não é neles que se concentram os maiores investimentos.

Mesmo porque os conteúdos não são nunca estáticos, mas em movimento de aceleração constante. Um tópico não exige uma resposta, as conversas não exigem continuidade, nada no fórum contempla a ordem início-meio-fim. Tópicos que deixam uma história em aberto com promessa de retornar ficam inacabados muitas vezes – o inacabado é a forma final mesma da maior parte dos assuntos. Não se trata de desleixo, pressa e tampouco desorganização, mas uma experiência do bando com a velocidade. As discussões seguem com súbitas mudanças de assuntos e enfoques como se o que se fala não fosse o mais importante mas a produção da aceleração intensiva.

A insignifância do que se fala e a rapidez com que se seguem os conteúdos dispersam o foco para o que é central: a forma. E a forma é a performance,¹⁷ ou seja, tem seus elementos mais significativos além do conteúdo é o contexto no qual emerge a ação, modo pelo qual a expressão se efetiva.¹⁸ Os conteúdos são apenas a carcaça, facilmente absorvíveis por modismos e efêmeros, sem valor maior do que a diversão imediata. Trazidos a tona em excessos têm como resultado o esgotamento do olhar que neles mesmo se encerra e mantém em segredo a forma, onde reside a verdadeira potência do grupo.

Desse sentido, não são os atos políticos isolados que constituem a maior expressão política dos Anonymous, mas a sua própria forma de se constituir enquanto grupo. A

¹⁷ O performativo é marcado por não relevar aspectos semânticos, mas outros tipos significados, ilocucionários e momentâneos (Bauman & Briggs, 2008).

¹⁸ Como diz Caiafa sobre o alvorecer do movimento punk carioca, “O que é obstada é a possibilidade de ligar a forma à palavra, o símbolo e a doutrina. Abole-se o lugar-comum para essa troca. Esse interstício é um lugar de ausência, de desaparecimento e não de possibilidade. O que está em jogo é a própria representação (CAIAFA, 1985, p.82).

aceleração intensiva se dá no movimento e o movimento é a forma. Forma que se dá no impacto, na velocidade e no múltiplo. na legião.

Legião contrapõe a idéia de um grupo homogêneo e traz o potencial de uma força mobilizadora e criativa. O que se opõe ao Um¹⁹, bando múltiplo em oposição aos vínculos identitários e burocráticos (estatais por excelência). Acionada em momentos específicos, a legião logo se dispersa em outras linhas; dispersão intensiva intercalada por breves momentos de convergência em centros que completam aqui e ali a ação política coletiva efêmera.

Tal como os nativos de Clastres (1982) e os punks descritos por Caiafa (1985), os Anonymous também parecem trazer em si mecanismos de impedimento de centralização e cooptação pelas esferas múltiplas de poder²⁰. O anonimato aqui passa a assumir a descaracterização do sujeito que, em processo de desterritorialização e reterritorialização constante, existe acima de tudo em devir. Um anonymous não é um sujeito do cotidiano, que trabalha, consome e se expressa, mas um sujeito político por excelência que só pode existir em devir. Enquanto estado de devir, o anonimato consolida aquilo que Pelbart entende por resistência, a força de um conjunto de forças que não se deixa cooptar (PELBART, 2003). O anonimato, mais do que uma normatização que nivelaria um coletivo político-identitário, consiste na garantia da passagem desse devir que possibilita a transição entre esses estados de intensidade e subjetividade do sujeito político anônimo e do sujeito identitário cotidiano.

Pensar nos anonymous enquanto devir, estado molecular contraposto à molaridades cotidianas²¹, nos permite pensar que tentáculos do poder que acometeriam os sujeitos cotidianos não atingem esses sujeitos que são *anonymous* em devir, desvinculados assim das inúmeras armadilhas que podem lhes atingir enquanto sujeitos individuais, mas não como sujeitos coletivos. Da mesma forma, a estratificação de uma organização política institucionalizada é barrada a priori pela impossibilidade da existência de um centro onde não se vigora sujeitos, mas devires.

Podemos apontar como outros possíveis mecanismos auto-corretivos²² o repúdio à abreviações e ao “internetês”²³ (uma vez que esses limitam a ação dos dispositivos tanto de resistência quanto de controle), um suposto “caos ideológico” (que impede a disseminação e vínculos com doutrinas e ideologias) e aquilo que Deleuze & Guattari chama de “alegria

19 Clastres (1982).

20 Caiafa (1985), Clastres (1982) e Deleuze & Guattari (1995).

21 Deleuze & Guattari (1995).

22 Bateson (1972)

23 Como são chamadas as formas de escrita e gírias correntes nos sites e chats mais populares na internet.

imane do desejo em si mesma”²⁴, que faz com que as ações não sejam esgotadas por um clímax que marca seu final e garante assim a continuidade do fluxo do devir.

Anonymous não perdoa

“Não é preciso do homem para resistir, a vida se basta, as vezes é preciso libertar-se do homem, demasiado humano” (Pelbart, 2003)

Conforme discorrido, apresento aqui o argumento de que a maior expressão política do grupo em questão se dá em sua forma e não no seu conteúdo. Contudo, a problematização de alguns de seus *conteúdos*²⁵ podem também dizer algo sobre o grupo em questão.

Anonymous assume a forma de uma “comunidade” que desenvolve mecanismos para afastar seus membros de suas próprias subjetividades os deixando, enquanto membros do coletivo, sempre em relação com o fora²⁶ (mas um fora ainda assim constituinte, como diria Deleuze & Guattari²⁷). Mas tais mecanismos não funcionam de maneira absoluta.

Um exame mais detalhado da dinâmica de relação entre os fóruns percebe a vigência de uma moral própria que constitui, por vezes, algo como uma postura identitária dos *anons* enquanto grupo. Em muitos tópicos pode-se ver referências a um esteriótipo do *anon* como alguém que passa muito tempo no computador, têm problemas para se socializar e relacionar e, de maneira geral, se considera a margem de muitas regras sociais vigentes.

Se o traçar dessa imagem passa a constituir subjetivações em tímidas (porém potencialmente fatais) emergências do Estado, também pode ser associada com um dispositivo que não remete necessariamente à um polo identitário fixo mas à uma espécie de caricatura que permite diálogos com produções de outras subjetividades, velozes e intensivas, enquanto um ponto de partida para novo recomeço e inovação de ações políticas e não como ponto de chegada em que se consolida uma dada identidade.

Nesse sentido, o que estou chamando aqui de identidade anônima consolida um núcleo mínimo de centralidade fundamental para o caráter da ação política. Tal como Pelbart descreve (ou idealiza), a legião aqui discutida consiste em um coletivo que não se sobrepõe à individualidade e favorece a co-existência de múltiplas identidades que não anulam o coletivo

24 (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 101)

25 Bauman & Briggs (2008).

26 Espósito (1996).

27 Deleuze & Guattari (1995).

e que encontram no múltiplo a potência de ação. (PELBART, 2003). Mas para funcionar, essa identidade precisa ser de natureza escassa, provisória e instrumental. E estar em negociação permanente,²⁸ não permitindo que se feche em si.

O bando é um coletivo essencialmente minoritário. Como betas, os anons se opõe aos investimentos de se constituírem enquanto uma maioria qualitativa, é a própria minoria o local de investimento do desejo.²⁹ Nos termos de Butler³⁰, um *anon* é um abjeto que se constitui em abjetos. Alguns *anons* podem reclamar para si um vínculo identitário sobre o sentido de ser um *anon* e mesmo de uma comunidade *anon*, mas isso não reverbera no grupo como um todo, talvez porque não há um grupo como um todo - se existir um ser comum do *anon*, é um ser enquanto esquiva. A suposta contradição que uma identidade anônima acarreta é garantia da efetivação de uma política difícil de ser presa em possíveis armadilhas de políticas identitárias que desejam partir do status de abjetos para se constituírem como sujeitos de direitos.³¹

O vínculo identitário caricatural do *anon* traz o potencial do acesso à uma linha de fuga que, embora certamente estratificável, não tem o poder de corromper os mecanismos de conexão do grupo. A emergência de subjetividades não permite que se efetue a sobreposição de uma identidade aos interesses do grupo uma vez que uma identidade anônima é uma ferramenta de ação política que se concretiza apenas virtualmente enquanto potência de ação: tal como em Clastres, uma forma que o coletivo encontra para conjurar a formação do Estado.

³²

O anonimato é múltiplo, mas se contrapõe à formas unitárias de imposição de subjetividades³³. Os processos anti-indentitários aqui problematizados se opõe ao “estilo de vida neoliberal” associado à emergência do homo oeconomicus e ao advento do capital humano como foco de investimento de políticas públicas,³⁴ status considerado vigente em inúmeras sociedades atuais e bastante forte nas culturas brasileiras. Nas margens e beiradas, os Anonymous parecem querer antes o abjeto disso, um coletivo das beiradas.

Anonymous não esquece

28 Derrida discorre sobre o potencial de ação política de políticas identitárias que tenham na identidade caráter meramente provisório e instrumental, sem fixar a ação de uma justiça que só se estabelece plenamente quando em processo de desconstrução e debate permanente (DERRIDA,2007).

29 Deleuze & Guattari (1995).

30 Butler (2000).

31 Butler (2000); Derrida (2007).

32 Clastres (1982) e Deleuze & Guattari (1995).

33 Subjetividades prontas e consumíveis problematizadas por Pelbart (2003).

34 Foucault (2008)

A estrela nunca está onde parece brilhar, é sua técnica de se tornar imperceptível. Confiar na sua ausência é compreender sua explosão. (Caiafa, 1985)

Funcionamento autônomo, sem líder, sem centro, em movimento, sem futuro, em devir, tudo que consolida a furtividade da legião se consiste em estratégia de combate. De uma máquina-de-guerra³⁵: ações momentâneas que não se projetam sobre um futuro, mas têm no presente o investimento de sua força, a recusa de um lugar de ação e de um discurso político e a velocidade enquanto potência política.

Uma máquina-de-guerra antes de ser cooptada pelos regimes instituídos de poder funciona tendo por base a velocidade que “transforma o ponto em linha” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 35). Para Deleuze & Guattari, a máquina-de-guerra não funciona apenas contra, mas ao lado do Estado. Se o Estado se apropria da máquina-de-guerra, essa também vai se apropriar do Estado, “usar o inimigo” também como estratégia de combate. Ações não planejadas que usam do instante oportuno, desaparecimento e aparecimento, não saber onde está, de onde veio e para onde vai, onde termina, continua ou recomeça é característico da velocidade da máquina-de-guerra. Sem um lugar e sem um fim definido, essa escapa dos desejos capturáveis e das formas prontas de ação política.³⁶

Assim como o Estado vê em qualquer indivíduo um terrorista em potencial, o inimigo contra o qual se combate não tem rosto ou forma, é qualquer um em qualquer instante, assume formas e as perde tão logo elas não surtem efeito.³⁷ “Bons tempos” onde imperava a lógica do poder disciplinar³⁸, poderíamos dizer. Na sociedade de controle³⁹, o controle também passa a se exercer em linhas, já não há quase pontos, as formas de captura também encontram-se dessubjetivadas, o Estado passa a se exercer também em fluxos mais ou menos velozes.

Pelbart contrasta os polos poder e resistência seguindo movimentos de captura (da resistência pelo poder) e desvio (das relações impositivas do poder). Quase sincrônicos, um se origina na transcendência do outro – é preciso inovar sempre. Para Pelbart, a resistência é sobretudo aquilo que não se deixa capturar. Que se esquiva, toma outras formas, que se desfaz em linhas e se exerce sobretudo a partir da criatividade e da relação com a novidade, com o

35 Deleuze & Guattari (1995).

36 Pelbart (2003).

37 “Aos olhos da autoridade – e talvez esta tenha razão – nada se assemelha melhor ao terrorista do que o homem comum.” (AGAMBEN, 2005, p. 16)

38 Regime político com foco na docilização, treinamento e vigilância do corpo. (Foucault, 2002;2008)

39 Deleuze (1992)

veloz. E a internet é um embate de velocidades.

A internet é coisa séria

A batalha do software livre, da Internet livre e das conexões livres vão muito além delas, de seus interesses. É a mais importante, e também a mais interessante, e a mais atual das batalhas políticas. (Gilberto Gil)

Não é apenas nas margens que posturas de resistência vêm se consolidando, como podemos ver com a institucionalização de Partidos Piratas ao redor do mundo.⁴⁰MP3, torrent, disseminação da informação, software livre e *open source* são temas cujos desdobramentos propõe a ultrapassagem de normas vigentes e incorporam um reconfiguração⁴¹ dos modos pelos quais as negociações de poder ocorrem na internet.

Por um lado, a popularização do acesso à internet encerra o mito da democratização da informação e do conhecimento e grande discussão sobre novas sociabilidades humanas. Por outro se consolida enquanto mais um espaço onde se estendem censuras, proibições e normas jurídico e morais, mais um dispositivo (ou, antes, um conjunto de dispositivos infinitos) pelos quais o poder se exerce sobre os indivíduos. Um campo de forças antagônicas.

E isso tem sido algo de inúmeros debates e controvérsias em torno de temas envolvendo ação política em geral e políticas públicas institucionais na internet. Pensar em termos de ação política exige um deslocamento e mais do que nunca a política está em jogo. E é nesse contexto que surgem os Anonymous não enquanto ícone, mas enquanto mais um elemento que dá formas à esse quadro em que a internet se constitui e se constitui também enquanto um campo de disputas no qual se contrastam variadas formas de fazer político.

Agamben discorre sobre o dispositivo a partir da obra de Foucault enquanto “uma máquina que produz subjetivações, e só enquanto tal é uma máquina de governo ” (AGAMBEN, 2005, p. 15), ou seja,⁴²os dispositivos de controle implicam necessariamente em produção de subjetivação para funcionar como dispositivo uma vez que, sem a produção de

40 No Brasil, encontra-se atualmente em fase de discussão a institucionalização do Partido Pirata. Ver:

<http://noticias.partidopirata.org>

41 André Lemos (2007)

42 Agamben usa uma definição aproximada do termo dado por Foucault em três pontos: 1) conjunto heterogêneo que inclui virtualmente qualquer coisa, lingüístico e não lingüístico no mesmo título; 2) possui função estratégica concreta e se inscreve em uma relação de poder; 3) é algo geral porque inclui em si a *episteme* de Foucault, aquilo que uma sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado válido. Agamben atualiza a noção de dispositivo, concebido então como “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (p. 13). Na relação entre os seres viventes e os dispositivos originam-se os sujeitos. (AGAMBEN, 2005)

subjetividades, o poder conquistaria a obediência a partir de um mero exercício de violência.
⁴³ Só que os dispositivos na fase atual do capitalismo não agem mais tanto pela produção de um sujeito quanto pelos processos que podemos chamar de dessubjetivação e são inesgotáveis, estando por toda a parte.

Considerações Finais

Conspirar é respirar juntos (Guattari)

O que procurei fazer aqui não é um elogio, crítica e muito menos uma ameaça (“nós podemos ver vocês, como são, como se movem”). Também não é uma propaganda, e se veio hoje à luz nesse artigo (também um dispositivo pelo qual o poder se concretiza, não?) é apenas porque já haviam por demais holofotes sobre eles – acredito que os desdobramentos dessa pesquisa foram possíveis apenas porque o movimento já tinha vindo “às claras” e não o contrário, que eu estaria através desse o trazendo aos alcances do poder. O fato de o trazer a luz aqui se dá devido a crença de sua capacidade de se esconder.

Se levarmos a cabo a tarefa de pensar o Estado não enquanto uma entidade, mas como efeitos e agenciamentos, chegamos à uma idéia de Estado ideologicamente coesa apenas quando o Estado só se constitui em suas práticas.⁴⁴ E as práticas estão sendo negociadas a todos os instantes por pessoas como nós, por grupos como o Anonymous, pelas políticas de bairro, pela mídia, pela propaganda. Se a internet se constitui um campo de forças onde há tanto em jogo, é porque essa não é apenas um dispositivo, mas um espaço real e a realidade consiste em um campo de forças.

A disputa que está se travando nesse momento na internet nos leva a refletir os agenciamentos nos quais o Estado se consolida e a forma como a constituição de demandas da população não consiste em uma força pacífica, mas na imanência de disputas. A internet atualmente está em guerra política, ideológica, tecnológica. E o que está sendo determinado é o modo no qual esse dispositivo pode ser utilizado. Por um lado podemos ver que o Estado adentrando espaços e se consolidando de diversas formas (como o consumo de subjetividades, policiamento e vigência da lógica do capital). Mas, por outro, podemos ver mecanismos diversos pelos quais as relações podem se constituir e de como a relação de poder que se investe sobre a internet pode ser invertida, possibilitando que aspectos que envolvem questões da sociedade em geral (e não apenas essa sua faceta relacionada às questões próprias do

⁴³ Agamben (2005), Foucault (1990)

⁴⁴ Conforme discorrido por Butler & Spivak (2007) e Abrams (1988).

mundo virtual) sejam repensados, negados e exigidos, sendo que a própria concepção de direitos passa a ser re-problematizada.

A percepção do Estado enquanto mera força de imposição e reprodução do que está dado não é apenas incompleta, mas extremamente prejudicial para se pensar na ação política que é e pode vir a ser praticada através mesmo da cooptação do Estado pelos polos de resistência, invertendo a fórmula geral da resistência enquanto algo que se opõe respondendo à determinado poder imposto. Além disso, a visão que divide poder e oposição em pólos delimitados não deixa ver como tais práticas ocorrem em fluxos e linhas dinâmicas. Em termos de Deleuze & Guattari, não se trata de opor formas molares e moleculares como materialização das formas em que se dão poder e resistência mas de seus usos de forma criativa. Se a imposição da forma é um atributo relacionado aos poderes instituídos, estipular um lugar delimitado para resistir seria no mínimo ingênuo e pouco eficaz. O Estado enquanto conjunto de práticas⁴⁵ pode ser cooptado, instrumentalizado e subvertido por outras forças e potências criativas. Porque o estamos criando a cada momento.

A internet atualmente se mostra enquanto campo no qual as disputas adquirem contornos mais tangíveis, e a iminência de terrorismos (estatais e não estatais) tensiona iniciativas de ações. a internet enquanto campo de disputa permite trazer a tona essa aceleração dinâmica de disputas subjetivas em que vigora a lógica de constante negociação. A realidade virtual desde sempre em xeque encontra-se em um momento no qual as disputas vêm a tona, toma aspectos mais palpáveis ao mesmo tempo que projeta potenciais resoluções. Nesse momento, novas formas e regras estão sendo moldadas, disputadas, negociadas.

Butler discorre como a criação de uma utopia traz em si um mundo universal e traz a idéia de heterotopia como a criação de muitos mundos universais. Pensando o universal enquanto campo de ação e mesmo condição política, afirma que esse não está dado e defende a necessidade de repensar e reinventar o universal. O universal, para a autora, é um campo de disputas e negociações. ⁴⁶E pensar a internet enquanto um campo de disputa universal nos ajuda a perceber o que está em jogo: a vigência de um mundo ou de múltiplos mundos possíveis.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: **Outra Travessia**, n 5. Florianópolis: Curso de Pós-Graduação em Literatura, 2005.

45 Butler & Spivak (2007) e Abrams (1988)

46 Butler (2000)

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the state. IN: **Journal of Historical Sociology** I, p 58-89. 1988.

BAUMAN, R.; BRIGGS, C. L. Poética e Performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. In: **Revista Ilha** n. 08 vol. 1 e 2. Florianópolis: UFSC-PPGAS, 2008.

BATESON, Gregory. **Bali: the values system of a steady state**. In: Steps to na Echology of Mind. Balantine Books: New York, 1972.

BUTLER, Judith. Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary Dialogues on the Left (pp. 281-307). London: Verso, 2000

BUTLER, Judith & SPIVAK, Gayatri. **Who Sings the Nation-State?** Language, Politics, Belonging. Calcutta, New York, Oxford: Seagull Books, 2007.

CAIAFA, Janice. **Movimento punk na cidade: a invasão dos bandos sub**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia politica**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

DELEUZE, Gilles. **Conversações : 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DERRIDA, Jacques . **Força de lei: o "fundamento místico da autoridade"**. São Paulo: WMFM Fontes, 2007.

ESPOSITO, Roberto. **Confines de lo político: nueve pensamientos sobre política**. Madrid: Trotta, 1996.

FOUCAULT. Michel. de 14 de março de 1979; Aula de 21 de março de 1979. In: , Michel.

Nascimento da Biopolítica. . Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos). p. 297-364.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade I: a vontade de saber.** 10. ed. Rio de Janeiro (RJ) Graal 1990.

LEMOS, André. Cidade e Mobilidade Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais. In: **Matrizes.** Rev. do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, outubro 2007.

LIMA, André. AI-5 Digital – Liberdade e privacidades na Internet sob ameaça . In: **Expressões geográficas** – revista digital dos estudantes de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Geoventos, maio/2009. Disponível em: www.geograficas.cfh.ufsc.br

PELBART, P. P. **Vida capital:** ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.